

HABEAS CORPUS Nº 493.504 - SC (2019/0043081-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MARIA JOSE DE JESUS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARIA JOSE DE JESUS SANTOS, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - HC n. 4000252-28.2019.8.24.0000.

Consta dos autos que a paciente foi presa em flagrante em 1º-11-2018 pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Nesta via, a impetrante alega que a segregação antecipada da ré teria sido decretada sem fundamentos idôneos. Entende que não estariam presentes os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade da acusada poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Alega, ainda, que "*Justificar a prisão preventiva da Paciente pela mera referência, tout court, à condenação criminal pretérita (reincidência) é inconstitucional, porque torna a prisão preventiva a regra geral para os acusados reincidentes, e não a exceção*" (e-STJ fl. 7).

Requer, liminarmente, a concessão da ordem constitucional para que a paciente possa aguardar em liberdade o julgamento final do *mandamus* e, no mérito, seja revogada a prisão preventiva, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame** (HC 342.821/RO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016; RHC 52.841/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2016; HC 336.606/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, HC 340.235/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016).

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou (e-STJ fl. 149):

[...]

Facilmente verificável, pois, que o decreto da segregação cautelar está fundado em elementos probatórios colacionados aos autos e em permissivos contidos na

legislação pátria, os quais foram expressamente citados pela decisão combatida e cuja aplicabilidade ao caso concreto foi devidamente fundamentada pela Autoridade Coatora.

Com efeito, verifica-se que a paciente é portadora de maus antecedentes pela prática de delito idêntico, conforme certidão de fls. 17-19, o que demonstra a sua propensão à reiteração da prática delitiva.

Nesse viés, incorreitas, ainda, as ponderações da Magistrada sobre a gravidade do caso concreto e sua repercussão social, revelando a necessidade de acautelar a ordem pública, bem como a instrução criminal.

A propósito, "mostra-se plenamente fundamentada a decisão de decretação de prisão preventiva quando alicerçada na existência de materialidade delitiva e indícios de autoria, e presentes elementos que indiquem a necessidade de garantir a ordem pública." (TJSC, Habeas Corpus (Criminal) n.

4016486-22.2018.8.24.0000, da Capital, rel. Des. Luiz Antônio Zanini Fornerolli, Quarta Câmara Criminal, j. 26-07-2018).

Portanto, por ora, não há constrangimento ilegal a ser sanado, uma vez que a custódia da paciente mostra-se necessária para garantia da ordem pública, da instrução criminal e da aplicação da lei penal, com fulcro no art. 312 do Código de Processo Penal.

Acrescentou que "as medidas cautelares diversas da prisão são insuficientes e inadequadas ao caso em concreto. Nesse viés, não há falar em constrangimento ilegal decorrente da manutenção da prisão preventiva pela juíza de primeiro grau" (e-STJ fl. 150).

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverá trazer aos autos notícias atualizadas acerca do andamento da ação penal deflagrada contra MARIA JOSE DE JESUS SANTOS, encaminhando a esta Corte Superior cópias de eventual sentença proferida, noticiando ainda acerca da respectiva situação prisional, bem como enviando senha para acesso ao processo em 1º grau.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

